

## SESSÃO EM 14 DE OUTUBRO DE 1879.

### SOCCORROS PUBLICOS

**O Sr. Jaguaribe:**—Sr. presidente, não pretendia tomar parte nesta discussão: o Senado mais de uma vez me ouviu protestar que não me envolveria em debate que versasse sobre os negócios da provincia do Ceará, especialmente aquelles que dizem respeito aos serviços da sêcca.

Mas a discussão tem trazido ao conhecimento do Senado factos concernentes áquella provincia, que devem ser mais conhecidos por mim do que por outros quaesquer dos seus membros.

Nestas condições recio que o meu silencio seja mal interpretado. Eu, pois, procurarei explicar alguns destes factos, sem todavia envolver-me grandemente na sua elucidação.

Um desses factos foi trazido á tribuna pelo honrado senador pela provincia do Rio de Janeiro; depois fui obrigado a dizer a respeito algumas palavras. Refiro-me ao facto de se ter declarado neste recinto que em um municipio central da provincia do Ceará, a cidade de Sobral, se mandara illuminar as ruas com gaz-globo.

Suscitou-se então a duvida si essa illuminação corria por conta dos soccorros publicos. O nobre senador pelo Rio de Janeiro se referira a este facto; não sei si em virtude de cartas que recebera.

**O Sr. TEINEIRA JUNIOR:**—A uma publicação feita em um jornal da cidade da Fortaleza.

**O Sr. JAGUARIBE:**—Creio que S. Ex. tambem alludiu ao que dissera uma correspondencia do Ceará estampada no *Cruzeiro*, que deu noticia do mesmo facto.

Tendo sido invocado o meu testemunho sobre a procedencia desta despeza, na occasião em que eu

occupava a tribuna, tive de declarar que não sabia ao certo, si effectivamente tal despeza se fizera pela verba—Soccorros publicos,—parecendo-me porém difficil que pudesse ella ter outra fonte.

Fundei-me para assim pensar no facto de achar-se a provincia em tristissimas circumstancias em virtude da sêcca, donde inferia eu que não podia ser feita pelas rendas provinciacas, visto constar que os empregados provinciacos seriammente receiavam que não fossem pagos pontualmente dos seus vencimentos, ao ponto de terem representado ao governo imperial pedindo-lhe que providenciasse sobre a hypothese em ordem a não ficarem privados de os receberem em dia.

Acrescentei que ainda menos podia aquella despeza correr pela renda municipal, quando a miseria geral da provincia abrangia todos os municipios, especialmente os do sertão, como é o do Sobral, que se estava illuminando por gaz-globo.

Entretanto ouvimos hontem o nobre ministro da fazenda declarar, possuido de um certo enthusiasmo, como que cantando triumpho, que tendo sido accusado de não providenciar sobre o caso de fazer o seu delegado essa despeza de luxo pela verba dos soccorros publicos, tinha o prazer de informar ao Senado que aquella illuminação corria por conta do municipio do Sebral.

Por essa occasião recorde-se o Senado que eu me limitei a pedir licença ao nobre ministro para lhe dar um aparte, o qual consistiu em felicitar a prosperidade de um municipio interior de minha provincia, de que nos dava noticia o nobre ministro.

A explicação daquella meu aparte é que ordinariamente as localidades do interior só achando-se habilitadas a fazer uma tal despesa, que nunca foi considerada de primeira necessidade, quando nadam em riqueza, visto que se trata daquillo que se classifica de mero luxo; é sorprendente que a edilidade de um município, que vê seus filhos morrerem á fome, ou que para escaparem á morte são forçados a receber soccorros publicos, ostente nessa occasião os seus recursos com uma despesa de luxo! (*Apoiados.*)

O meu aparte, Sr. presidente, causou estranheza ao nobre ministro, que enxergou nelle uma insinuação contra o presidente da provincia e é por isso que trato de explicitar-o.

E' com effeito, senhores, muito para maravilhar que, estando uma provincia nas circumstancias do Ceará, assim como algumas das suas vizinhas, clamando constantemente por soccorros do governo, não para satisfazer exigencias do progresso, mas para acudir a necessidades vitaes, para matar a fome—soccorros sem os quaes a morte seria infallivel; hajam essa provincia municipios que possam dispôr de recursos tão abundantes, que deixem sobras para promover uma illuminação de luxo!

E tendo sido neste sentido o meu aparte, devo acrescentar que maravilho-me de que os ministros tenham tanta facilidade em acreditar nestas informações, quando me parece que ellas deviam ser acompanhadas da necessaria demonstração, para que SS. EEx. lhes dessem perfeito credito, tanto mais quanto é facilima esta demonstração.

As Camaras municipaes não podem fazer despesas sem autorização da Assembléa provincial.

Confesso que não ando perfeitamente em dia com o que resolvem as municipalidades do Ceará, especialmente depois que subiu ao poder a nova situação, nem tão pouco com o que a Assembléa provincial tem deliberado.

Não tenho a fortuna, talvez porque tenha desagradado ao presidente da provincia, de que me sejam remettidos os actos da Assembléa provincial, como era costume em outros tempos, em que os senadores ou deputados não deixavam de receber as collecções das leis da sua provincia, e por isso não sei o que a Assembléa provincial deliberou em sua ultima reunião, e si lá existe consignada esta autorização; mas me parecia que o nobre ministro, quando este facto foi pelo menos posto em duvida, devia trazer-nos a collecção das leis e mostrar-nos que com effeito a Camara municipal tinha tido autorização da Assembléa provincial para fazer essa despesa.

Emquanto não vir essa demonstração com o fundamento necessario, que é a legislação provincial, sem duvidar de modo algum da palavra do honrado ministro, que tudo merece; direi que, si S. Ex. funda-se simplesmente em informações de cartas, será prudente que procure informar-se melhor; porque eu pelo menos, emquanto não tiver essas informações, duvido que a Camara municipal do Sobral, cujas rendas nos tempos prosperos apenas chegavam para o pagamento de seus empregados, e para as despesas de conservação do mercado publico, cemiterio, etc., mostrando-se insufficientes para as obras de que o seu municipio necessitava; na actualidade quando os recursos e fontes de renda no interior desapareceram quasi completamente, tenha tido elementos sufficientes para despezas desta ordem.

E, Sr. presidente, a minha surpresa a este respeito é tanto maior, quanto tenho outras informações do que em Sobral tem havido recursos não só para illuminação a gaz-globo da cidade como tambem para levantar-se um theatro nesta quadra dolorosa; donde sou inclinado a crer que para tanta abundancia não foram sufficientes nem os recursos da renda municipal, nem mesmo o recurso dos habitantes; pois quando se trata de salvar a vida, como no tempo que atravessam as provincias do Norte, não é crível que haja recursos bastantes da parte mesmo dos mais abastados para edificar theatros.

E ainda mais, Sr. presidente, sou informado que nesta dolorosa quadra para toda aquella provincia, foi construido na cidade do Sobral um edificio espaçoso destinado a servir para cadeia e casa da Camara municipal, obra dispendiosa e elegante, a que o meu informante chama palacio, e de que aquella cidade nenhuma necessidade tinha, porque o antigo edificio, que eu alli conheci, com accomodações para cadeia e casa da Camara, era dos melhores da provincia.

Mas o presidente da provincia, sendo filho daquella cidade, e querendo fazel-a sobresahir ás demais cidades da provincia, aproveitou-se do ensejo de dispôr dos cofres publicos, e achando que a cadeia antiga por ser em um ponto muito central da cidade, era mais propria para uma escola primaria, mandou construir em outro ponto a nova cadeia e casa da Camara, prestando assim aos seus conterraneos o serviço de livral-os da desagradavel vizinhança dos presos; effectivamente foi construido aquelle edificio, que em seu genero consta-me ser o melhor de todo o Ceará.

Ora, seguramente o nobre presidente do Ceará não ha de informar que esta obra foi feita com recursos da municipalidade; acredito que diga que foi com os recursos dos soccorros e explicará que, havendo necessidade de dar trabalho aos famintos, tinham os seus braços sido aproveitados nestas obras, satisfazendo-se assim dous fins: a existencia de um palacio na terra natal do actual presidente daquella provincia, e dar trabalho áquelles que sem salario, ou morreriam de fome ou pediriam esmola.

Sei mais, Sr. presidente, que nesta mesma cidade do Sobral fez-se uma lindissima estrada de rodagem para a serra da Merioca, e as pessoas que me informaram a este respeito, dizem que nessa estrada despendera-se a somma de 30 a 40:000\$000.

E' possivel que haja exageração, mas em todo o caso vê-se que a cidade do Sobral tem sido aquella que nesta actualidade de séccas e miserias tem auferido maior numero de beneficios dos soccorros publicos.

Ora, quando tanta abundancia tem havido para esta cidade eu não duvido que os empregados, as diversas pessoas que andam envolvidas na confecção destas obras, tenham tido lucros consideraveis, que os habilitassem a contribuir, em demonstração de seu contentamento, para a edificação do theatro, bem como para a illuminação da cidade a gaz-globo; o ainda assim sendo, o que não posso crer, não haveria exageração da parte de quem affirmasse que a verdadeira origem de tal melhoramento foi abundancia de soccorros publicos.

Mas quando vimos que, por occasião da destituição do ex-ministro do Imperio, o Sr. Leoncio de

Carvalho, fôra uma e muitas vezes lido nesta casa aquelle celebre aviso, que o nobre ministro da fazenda dirigira ao então ministro do Imperio, aviso em que se lhe dizia que do mez de Julho (me parece) em diante não se poderia mais fazer despesas como até então, e se estranhava que a verba destinada a soccorros publicos fosse empregada em obras provinciaes e municipaes; não posso deixar de maravilhar-me de que o nobre ministro da fazenda, que então assim exprimiu-se, tenha hoje uma opinião completamente diversa, quando não só parece não ter noticia de todas estas obras grandiosas, provinciaes ou municipaes, como até vem justificar o procedimento do presidente da provincia, dizendo que esta despesa da iluminação a gaz foi feita á custa da municipalidade, sem apresentar-nos a prova de tal asserção.

E, Sr. presidente, tenho tanto mais razão para duvidar que effectivamente fossem as rendas municipaes que autorizassem a compra de lampêes e mais appparelhos da iluminação do Sobral, quanto me recordo perfeitamente de que, quando li pela primeira vez nos jornaes desta Corte a noticia do projecto de iluminação para aquella cidade, vi ao mesmo tempo que não era só para Sobral que o presidente da provincia tinha encommendado lampêes e mais pertenças; dizia-se que a encommenda era tambem para algumas cidades do interior, que a noticia não trazia mencionadas, mas que algumas pessoas disseram-me ser as cidades do Crato, do Icó, e não sei si do Aracaty e Baturité.

E, como o nobre ministro da fazenda, justificando hontem o acto do presidente, limitou-se a declarar que a despesa fôra feita á custa da Camara municipal do Sobral e não fallou das outras cidades, eu fico na duvida si com effeito a noticia que os jornaes publicaram em relação a essas outras cidades era falsa ou si o presidente da provincia, tendo feito a encommenda em larga escala, depois recuou, porque viu as censuras que nesta casa levantaram-se; e, procurando então algum meio de justificar-se, achou que o mais razoavel era lançar esta despesa á conta da Camara municipal do Sobral.

Mas, repito, essa despesa não podia deixar de ser autorizada pela Assembléa provincial e, si o foi, a collecção das leis deve mencionar isso. Naturalmente o nobre ministro já deve ter recebido essa collecção e nos poderá fazer a fineza de trazer-a a nosso conhecimento, para que mais plena fique a justificação de seu delegado.

O Sr. CONNEIA: — Convém tambem conhecermos a importancia total da despesa.

O Sr. JAGUARIBE: — A informação authenticada pelo necessario documento terá mais a vantagem de inteirar o corpo legislativo e o publico do *quantum* a que subiu essa despesa e si com effeito ella se estende a outras cidades, como as noticias dos jornaes propalaram.

Parecia-me, Sr. presidente, que, quando uma provincia se acha em miseria, na dolorosa posição de estender a mão para pedir esmola; quando o Brazil inteiro, e pôde-se acrescentar, bem como muitas almas generosas de outros paizes, commovidas diante do espectáculo daquella calamidade, esmeravam-se em enviar ás provincias assoladas pela secca repetidos donativos, que tanto devem ter penhorado a gratidão daquellas provincias; não era occasião de se fazerem despesas de luxo, como essa da iluminação. (Apoiados.)

A vida das provincias e das cidades tem seus pontos de contacto com a vida dos individuos. Todos comprehendem que uma familia, ainda mais bem constituida, que diante de qualquer adversidade se visse na dolorosa posição de recorrer á caridade publica ou á benevolencia dos amigos, e que effectivamente fosse soccorrida em sua dôr, recebendo auxilios que a mitigassem, corresponderia mal a essa generosidade e incorreria em justas censuras, si em vez de applicar esses auxilios a necessidades reaes da vida, os empregasse em custosos dispendios de ostentação, somente permittidos aos que nadam na abundancia.

Ora isto que aconteceria em relação a uma familia, dá-se em relação a uma provincia ou cidade; e portanto illuminar cidades do interior a gaz com despesa elevada, quando essa provincia, ou cidade, está vivendo de soccorros publicos, é uma especie de offensa a essa caridade, que de toda a parte se levantou, e que pôde hesitar diante desse luxo, sobre si com effeito andou bem inspirada, quando tratou de acudir áquelles que diziam que sem esse obolo generoso morreriam de fome.

Sr. presidente, é contra gosto meu que demoreme nesta discussão, mas, desde que hontem e hoje tem-se fallado em desperdicio do Ceará e da má administração daquella provincia, eu, apesar do meu protesto, não posso deixar de dizer alguma coisa, porque parece-me que meus collegas me arguiriam, si, devendo conhecer melhor do que elles o que por alli se passa, me conservasse silencioso nestas circumstancias.

Não descerei a particularizar factos, porque tenho a experiencia de que isto é inutil. Os nobres ministros disseram aqui por vezes: «Venham factos», e eu para satisfazer-lhes a exigencia tive de mencionar alguns; mas conheci quanto fui ingenuo em minhas revelações, cada qual mais verdadeira; não só porque S. E. Ex. não se dignaram acolhel-as, visto que nenhuma providencia appareceu depois, para conter a marcha delapidadora que eu denunciara, nem tão pouco para punição de seus autores, como até porque fui pessoalmente victima da imprensa, de que é chefe o principal director o presidente do Ceará, a qual disse de mim horrores.

Não deixarei por isso de cumprir o meu dever, mas diante de tão triste experiencia, reconhecendo a inutilidade da revelação de novos factos criminosos, considero-me, contudo, na obrigação de inteirar o Senado de mais algumas occurrencias que o habilitarão a bem julgar como vai a administração daquella provincia.

Assim notareí que todo o publico sabe que as epidemias desenvolveram-se no Ceará de um modo estrondoso, ao ponto de dizerem os jornaes e as informações que na capital do Ceará chegaram a haver por dia 1.000 victimas da variola.

Os nobres ministros têm aqui procurado justificar o presidente da accusação que lhe fazem por não ter prevenido aquelle excesso de males: dizem que isso era uma coisa que não se podia prever.

Mas, senhores, quando todos sabem que na accumulção qualquer de população adventicia, sobretudo de população maltrapilha, que não tinha habitação regular, nem vestuario, nem asseio, de ordinario desenvolvem-se epidemias, o que devia occorrer a um administrador previdente? Munir-

so de medicos e dos recursos necessarios para atacar o mal em sua origem, quando não o tivesse podido prevenir.

Todos sabem, por exemplo, que quando o cholera-morbus appareceu em algumas das cidades do Brazil, o governo de então mandou para todas as provincias medicos.

No Ceará fui testemunha de que foi uma grande quantidade delles, que se disseminaram pelo interior da provincia, muito antes que o cholera alli apparecesse.

Pois bem, quando os governos de outros tempos assim procediam para prevenir males que estavam imminentes, o presidente do Ceará, já não diante de um mal que se aproximasse, mas de mal existente sob seus olhos, nenhuma providencia deu: e isto verificou-se no Senado quando tive de fazer um requerimento acerca de alguns medicos que o governo daqui mandou, por occasião de constar que tinha morrido a mulher do presidente da provincia, victima da variola, porque só (o fique isto bem consignado, como já o fiz saliente em outra occasião) depois que constou que havia morrido a mulher do presidente da provincia, foi que o governo da Corte se lembrou de mandar medicos ao Ceará.

O Sr. PARANAGUÁ (*ministro da guerra*):—Foi porque justamente nessa occasião recrudescou a epidemia.

O Sr. JAGUARIBE:—Ao contrario, isto foi no declinio da epidemia, porque o mal já fazia victimas havia muito tempo e então já diminuia o numero diario dellas.

Quando fiz o meu requerimento, o nobre presidente do conselho informou que nenhum pedido de medico tinha vindo do Ceará, e que si o governo tinha mandado aquelles é porque tinha entendido ser isso do seu dever.

Já se vê por ahí que é um presidente que não tem zelo, que não prevê as necessidades que são mais vitaes á administração e que mais efficazes seriam para evitar o mal. Não tratou, pois, de exigir medicos. Os que havia na capital não eram de modo nenhum sufficientes e por mais zelosos que fossem, haviam de recuar diante do excesso de trabalho.

O horror que inspiravam os hospitaes, aterrava todo o mundo, inclusivamente aos medicos que são tambem homens e que não eram em numero sufficiente para acudir a tanto trabalho.

Pois bem, o presidente da provincia, apesar deste triste espectáculo que se passava diante de seus olhos e contra o qual não havia tomado a menor providencia, mandava dizer ao governo, por cartas que foram publicadas nos jornaes desta Corte que tinha visitado as cidades vizinhas para procurar providenciar a respeito da variola e que effectivamente a variola não tinha chegado a esses pontos.

Entretanto, o que aconteceu? Pouco tempo depois a cidade do Crato, uma das mais populosas da provincia, foi horrivelmente acommettida da variola, e lá não havia sequer um medico. Depois que o presidente soube que a mortalidade era alli extraordinaria, foi que mandou um medico militar para acudir aquella população, medico aliás muito distincto e conhecido, o Sr. Dr. Antonio Manoel de Medeiros, que foi victima de seu zelo. Teve de fazer face a um grande trabalho superior ás forças de um só homem, até que, cahindo gravemente en-

fermo, fez-se transportar ao seio de sua familia, onde não teve a fortuna de chegar, por ter fallecido em caminho, victima da molestia que o acommettera no Crato.

Eis aqui, pois, como o governo está aqui constantemente a allegar serviços e providencias de seu delegado no Ceará, quando são sabidos todos os factos de delapidação e impunidade, bem como os de imprevidencia e inopcia, factos que ninguem ignora, como bem disse o nobre senador por Goyaz; basta conversar com qualquer pessoa que venha do Norte, para saber-se que não ha administração naquellas terras.

O Sr. Diogo Velho:—Mas quando se falla nisto, o governo pede provas.

O Sr. Jaguaribe:—Que provas quer o governo? Quando ellas são aqui apresentadas, elle é o primeiro a não attender a ellas, a procurar fazer diversão, e finalmente não trata de averiguar e providenciar devidamente!

Hontem fomos testemunhas do que são esses administradores e o juizo que o governo faz delles. O nobre senador pelo Rio Grande do Norte leu-nos um relatorio de um dos delegados do governo naquella provincia, dando-nos a fiel imagem do que foi alli a administração do ex-presidente Elizeu Martins, relatorio que por si somente constitue um corpo de delicto do que são essas administrações insensatas e apaixonadas, que tratam de satisfazer caprichos, e não se importam absolutamente com o serviço publico.

Entretanto o que aquelle relatorio dizia, fez lembrar-me do que na imprensa já havia dito com muita antecedencia o Sr. Dr. Amaro Bezerra, deputado pelo Rio Grande do Norte.

Em uma serie de artigos, elle disse o modo por que o presidente daquella provincia tinha montado a colonia Sinimbu, colonia que o Sr. Dr. Amaro Bezerra chamava, nessas publicações, de colonia irrisão, e a descreveu, tornando saliente o facto de que o administrador dessa colonia, si me não falha a memoria, era um protegido do presidente de então, pela circumstancia de ter sido mestre de piano de sua senhora, si me não engano; foi o que bastou para ter elle uma carta branca nessa colonia, onde praticou delapidações, crueldades e crimes graves, tornando-se superior á acção da autoridade policial, pois recordo-me de que nas publicações do Sr. Dr. Amaro Bezerra se dizia que elle em um conflicto tinha dado tiros, e desobedecido á autoridade policial, ficando impunes todos os seus crimes, porque era protegido do presidente.

Pois bem, isto que se tinha dito pela imprensa não mercede nenhum credito do governo, que nenhuma providencia tomou. Algum tempo depois esse presidente retirou-se, não porque o governo o tivesse demittido, mas porque adoceu, sendo então removido para outra presidencia, como quem muda de clima por motivo de saude.

Mas hontem o Senado ouviu a leitura de uma peça official, não produzida por adversarios, mas por um delegado deste mesmo governo, descrevendo o que fôra a celebre colonia Sinimbu e o que nella se havia praticado durante a administração daquelle presidente, confirmando o que o Sr. Dr. Amaro Bezerra dissera já, e ainda mais porque especificava os horrores que alli tiveram logar, deixando-se morrer á fome os miseros co-

lonos, que eram tratados como si fossem feras, a bordoadas, passando por sevicias em que não se pôde mais acreditar neste seculo de civilisação.

E o que é que fez o governo com o presidente que assim procedeu? Nomeou-o para outra provincia! Imagine-se o typo de presidente que deve ser este do Espirito Santo, com taes precedentes! São estes os factos que estamos apreciando.

Ora, enquanto esta é a verdade, enquanto eu faço timbre em mostrar-me sempre respeitoso para com os nobres ministros, entre os quaes ha cavalheiros que merecem toda a minha attenção, e alguns até me honram com sua amizade; eu, respeitando muito as intenções de SS. EEx., peço-lhes, entretanto, permissão para dizer-lhes que SS. EEx. são, pelo menos, facéis em ser illudidos pelas informações dos amigos, e por isso os bons amigos que precisavam de um presidente na provincia do Espirito Santo, talhado talvez para as lutas eleitoraes que alli deveriam dar-se, informavam que o ex-presidente do Rio Grande do Norte era o que elles desejavam, era o homem que procuravam.

Acredito, repito, na boa fé, na pureza de intenção dos nobres ministros; mas elles que são homens praticos não podem explicar essa facilidade com que são illudidos, e o publico que não tem as mesmas razões para illudir-se, está no seu direito acreditando que SS. EEx. esqueceram-se do seu dever, não sendo um pouco mais escrupulosos na apreciação das qualidades dos cidadãos que tinham de ser collocados em logares tão importantes como os de administradores de provincia.

Agora outra observação. Os nobres ministros por vezes nos têm demonstrado ou procurado demonstrar que o Sr. José Julio é optimo presidente, a ponto do nobre presidente do conselho dizer que elle era o primeiro dos presidentes, e que, portanto, não convinha tiral-o do Ceará. Mas, por vezes também tenho dito, e agora repito, que essas depredações havidas dos dinheiros publicos, tantas vezes propaladas e que têm calado no espirito publico, não poderão ser devidamente descobertas e apreciadas enquanto alli se achar esse presidente, á sombra do qual ellas têm sido feitas.

Para demonstrar a impossibilidade disto, ou pelo menos a incredibilidade de que o exame dessas depredações se possa fazer devidamente, e ser trazido ao conhecimento do publico, tenho este facto dado no Rio Grande do Norte, onde, enquanto lá se achava o Sr. Elizeu, a imprensa o mesmo um deputado chegavam a denunciar factos dessa ordem, citando os nomes dos individuos, o dia, a circumstancia, etc.; mas, na opinião dos nobres ministros, era a imprensa, e a imprensa não vale nada, é um vehiculo de paixões.

Nada com effeito se poderia saber com certeza, si o Sr. Elizeu não tem espontaneamente sahido do Rio Grande do Norte.

Mas, o que succedeu depois que o Sr. Elizeu retirou-se? O novo delegado deste mesmo ministerio, forçado a dizer a verdade, manifestou-se claramente, e o publico está hoje inteirado dos horrores que se deram naquella provincia sob a administração do Sr. Elizeu.

Assim, dizia eu, si o governo ao menos por experiencia, depois destes factos fizesse retirar do Ceará esse presidente, que tem sido tão accusado, que tem sido o maior consumidor dos dinheiros do Imperio, si elle fosse removido, embora para a

mais importante das presidencias, visto que o nobre presidente do conselho tanto nelle confia; não era natural que o seu successor pudesse achar muitas dessas delapidações e demonstral-as com toda a evidencia, assim como está hoje demonstrado que na administração do Sr. Elizeu a colonia Sinimbu foi uma fonte de crimes e de horrores?

Mas não: o governo insiste em conservar o seu delegado apezar de todas as manifestações, apezar de ter uma corporação importante, como é o Senado, reprovado a marcha dessa administração. Não sómente por estas manifestações constantes que o paiz tem testemunhado, não sómente pelas discussões desta casa, mas ainda pela annullação da eleição senatorial do Ceará, se comprova esta verdade.

O que quer dizer esse acto do Senado? Importa a declaração de que era impossivel semelhante eleição em uma provincia que tem passado por uma serie de transformações, cujos habitantes têm emigrado e morrido por milhares, estando os restantes sem sua maioria á espera da esmola e dos soccorros publicos para viver.

A impossibilidade da eleição ainda se demonstra pela acta da apuração que deu como presentes quasi todos os eleitores, sendo incrível que nesta emigração geral não estivessem comprehendidos eleitores em grande numero. É um facto sobre-natural, que certamente justifica os solidos fundamentos com que foi aquella eleição reprovada pelo Senado.

Compreende-se, pois, que essa declaração solemne e official do Senado importa affirmar ao publico e ao governo que o presidente que dirigiu essa eleição, absolutamente ficticia, não era homem que continuasse a merecer a fé de um governo que desse alguma importancia ás instituições do paiz.

Si uma declaração como essa do Senado, em relação a um acto importante, como é uma eleição senatorial, não tem valor no conceito do governo, o que podemos esperar de ora em diante? O que será das nossas instituições, que deste modo parecem baixar á decadencia?

O Senado, ramo importante do poder legislativo, corporação em que se reúnem as notabilidades do paiz, que vêm aqui receber a coroa civica dos seus serviços, a recompensa de meritos e virtudes, como o declarou a constituição, profere um *veredictum* desta ordem, e o governo lhe responde: « Apezar de tudo, esse é o melhor dos presidentes. »

Não duvido das boas intenções do actual presidente da provincia do Ceará; mas é verdade que essa autoridade está inteiramente sem liberdade. Na posição especial em que se acha esse presidente, como os factos o demonstram, e como muito bem ponderou o nobre senador por Goyaz, está coacto, não pôde ter acção contra os amigos que dispõem dos dinheiros publicos, que têm nas mãos a autoridade, que matam, que roubam, que commettem toda a sorte de atrocidade, sem obstaculo, sem repressão.

O paiz inteiro sabe que na propria capital da provincia, tem havido morticínios sob o pretexto de conter os famintos.

A tropa, cavallaria e infantaria, á mão armada, atropellam a multidão dos famintos, como mais de uma vez tem acontecido, especialmente em uma

praça central da cidade da Fortaleza, chamada do Visconde do Pelotas.

Alli diversos individuos ficaram estendidos sobre o solo, uns mortos, e outros estropeados; e entretanto não consta que sobre este facto horroroso se instaurasse processo algum.

Em um arrabalde da capital, denominado Mucuripe, tambem por occasião da distribuição das esmolas deram-se iguaes scenas: foi o povo atropellado, havendo mortes e ferimentos, nem houve processo, nem uma especie de repressão contra os autores de taes attentados.

No interior reproduzem-se os mesmos desatinos: os criminosos que se dizem sectarios do partido dominante, e que andavam homisiados emquanto dominava a outra politica, têm sido absolvidos, e constituem hoje o terror dos adversarios, como succede em Canindé, com um celebre José Antonio do Feixado, autor de diversos assassinatos, entre elles o de um delegado de policia.

Eu suppoz que, com a entrada de novos ministros, esta politica dominada de paixões soffresse alguma modificação.

E' assim que [espero] que com a entrada do nobre ministro da fazenda alguma modificação houvesse, como já tive aqui occasião de o dizer; que S. Ex., moço cheio de vida, com mais disposição para o trabalho, visto que a mocidade o habilita para esmerilhar melhor estes negocios, tivesse a força necessaria para dizer ao Sr. presidente do conselho e ao resto do antigo 5 de Janeiro que era preciso parar nesta marcha, si o governo queria dar bastantes arras de si.

Eu cheguei mesmo a dizer com toda a franqueza que o nobre ministro da fazenda se achava coacto, e disto estava, estou e continuarei a estar convencido, desde que o seu aviso, creio que de 24 de Maio, tendo promettido muita cousa, nada fez.

Embora S. Ex. tenha depois procurado explicar-se para mostrar que não se acha em contradicção, a verdade é que aquelle aviso devia ter outros effeitos, e infelizmente nenhum teve.

A mim parece que o seu procedimento provém da coacção em que está, porque não teve bastante força para conseguir o que desejava do Sr. presidente do conselho, em cujas boas intenções aliás acredito, e que tambem por sua vez se acha dominado da pressão dos amigos e não tem a força necessaria para ir por diante.

E' assim tambem que ainda nos ultimos dias, entrando para o ministerio o nobre senador pelo Piauh, meu amigo, e em cujo espirito de rectidão folgo de confessar que muito confio, parecia-me que S. Ex. nos devia dar alguma esperança mais robusta de que modificações deviam ter lugar nesta ordem de cousas; mas aproveito a occasião para declarar a S. Ex. que já estou descrente, porque vi que o nobre ministro da guerra limitou-se a dizer que pretendia respeitar a lei, e isto causou grande novidade no Senado.

O nobre senador, digno ministro da guerra, devia ter observado a surpresa que as suas palavras causaram.

Pois não é uma novidade vir o governo dar como esperança para conseguir a confiança que todos nelle devem depositar — que ha de cumprir a lei? Póde isso animar alguém? Não é este o dever de todos os que governam? Não é isto mais ou menos o que têm dito os seus collegas?

Entretanto o que se vê? A lei é o que menos cuidado e respeito merece; trata-se de sustentar os amigos e animar as paixões por toda a parte, mas de respeitar os direitos do cidadão, que são garantidos pela lei, disto é que ninguem cuida.

Portanto, a promessa de S. Ex., apezar da fé que me merece o seu character, não póde inspirar confiança, desde que os precedentes dos seus collegas no actual ministerio já nos fizeram descreer de promessas e desde que não vemos por factos que haja desejo de arripiar carreira.

Eu vejo por exemplo, que estes presidentes, que têm sido continuamente accusados, são conservados e não se trata de removel-os.

Eu vi ainda hontem o nobre presidente do conselho, respondendo a uma pergunta que lhe foi feita—si não obstante a continuação de soccorros na Parahyba, devia haver eleição naquella provincia—, dizer-nos com uma parcimonia immensa que não se envolvia nesta eleição!

Ora, esta é uma pergunta que exigia resposta clara e decisiva (*apoiados*), tanto mais quanto o parlamento está aberto, era occasião do governo mostrar que effectivamente respeita muito a lei; e si não queria tomar a responsabilidade de mandar por si suspender a eleição, devia exigir do corpo legislativo uma medida que o puzesse a coberto de futuras accusações.

Disse o nobre presidente do conselho: « Não me envolvo em eleições; a mesa do Senado já fez sua communicação e corram lá as cousas como os acontecimentos permittirem. »

Mas o nobre presidente do conselho deve estar bem certo de que a mesa do Senado não fez mais do que cumprir seu dever.

Effectivamente a lei ordena que, fallecido um senador, o Sr. presidente do Senado communique este acontecimento ao presidente da respectiva provincia; a lei tem marcado prazo para esse fim; mas um governo previdente é que deseje a regularidade das cousas, põe-se á frente e trata de providenciar.

Senhores, ou a eleição devo ser suspensa, ou o governo deve dizer ao Senado: « A provincia da Parahyba acha-se em estado normal, alli não ha mais resquícios de sêcca. » Mas isto é o contrario do que nos consta; o nobre senador pela Parahyba, o Sr. Barão de Mamanguape, declarou de sua cadeira, por occasião de um requerimento que dirigiu ao Senado nesse sentido, que as informações que tinha eram que a sêcca continuava a fazer seus estragos.

O SR. DIOGO VELHO:—Tem chovido em algumas partes sómente.

O SR. JAGUARIBE:—Como pois dizer o nobre presidente do conselho: « Não me envolvo em eleições, a mesa do Senado é que mandou a communicação? »

O SR. DIOGO VELHO:— Para melhor se desenvolver em definitiva.

O SR. JAGUARIBE:— E a esse proposito, Sr. presidente, notarei que, tendo esse meu requerimento por fim pedir informações sobre o estado da Parahyba, porque conveni que o publico saiba si cessou ou não a sêcca, si póde ou não haver eleição; vi que não póde ser votado immediatamente, porque, tendo o Sr. ministro da fazenda

pedido a palavra, ficou adiado na forma do regimento, desde que S. Ex. não quiz dar immediatamente informações...

O Sr. BARROS BARRETO: — E' novo systema de rolha.

O Sr. JAGUARIBE: — ... e por infelicidade desse requerimento e não sei si minha, pois fui o autor delle, em diversos sabbados, para cuja ordem do dia elle foi dado, tem succedido ou que não haja sessão ou que outros acontecimentos parlamentares tomem o tempo, de sorte que não foi ainda discutido.

Mas o negocio é de natureza tal, que a mim parecia que o governo, independente de novo pedido, devia ser o primeiro a correr á tribuna para dar essa informação; porque, uma vez dada, o requerimento perdia sua razão de ser e eu me apressaria em pedir sua retirada.

Entretanto, offerecida nova oportunidade, sendo o governo chamado a dar essas informações, vimos as que o nobre presidente do conselho forneceu hontem ao Senado; foram nenhuma.

Sem conhecer muito os negocios da Parahyba, vou dar ao Senado uma informação que demonstra o estado em que aquella provincia e a do Rio Grande do Norte se acham, em relação á falta de segurança de propriedade; falta de segurança que se torna tanto mais notoria, quanto é certo que com a sêcca os caminhos ficaram mais difficéis e, naturalmente, não podendo a força publica chegar com facilidade a todos os pontos, tem-se levantado quadrilhas de salteadores, que invadem até as provincias vizinhas. Estas quadrilhas têm uns nomes celebres. Chamam-se as quadrilhas dos *calangros*, e de outros bicharocos.

O Sr. ministro da justiça, em seu relatório, dá longa noticia dellas, dos seus combates contra a força publica e de suas façanhas.

O facto a que vou me referir é curioso e prova que ellas continuam vigorosas naquellas provincias. Sinto não ter trazido um jornal onde li a justificação judicial de um individuo (e sinto que não esteja presente o nobre ministro da fazenda, que aliás sei que retirou-se por justo motivo, porque eu aproveitaria o ensejo para chamar a attenção de S. Ex. contra algum novo assalto, que me parece se está tramando contra o Thesouro), justificação que pelos diversos quesitos, que eu li, tem em vista cobrar do governo uma indemnisação de prejuizos que têm tido o justificante com as quadrilhas de salteadores no interior da Parahyba e do Rio-Grande do Norte, porque esses salteadores acomettem os com-

boios e apoderam-se das cargas, que os tropeiros conduzem em seus animaes, maltratando-os algumas vezes, e outras vezes contentando-se com ficarem com a preza, deixando-os ir em paz.

Devo acrescentar que entre os artigos desta justificação havia um em que se dizia que alguns destes chefes de quadrilhas contentavam-se em receber um imposto de cada carga e então os viantantes que queriam sujeitar-se a esta extorsão, pagavam o que elles queriam e levavam o resto da carga.

Ora, vê-se que não póde haver estado mais deploravel. E' possível que esta justificação tenha exagerações; não a garanto, mas vi que ella tinha por fim reclamar do governo uma indemnisação por causa dos roubos feitos por estas quadrilhas de salteadores, ou pelo menos para que o governo pague ao justificante a importancia do frete do carregamento roubado, pois que tratava-se de generos enviados pelo governo para o interior da provincia.

Pois é uma provincia, que se acha nestas condições, aquella que diz achar-se no seu estado normal e nos casos de fazer-se uma eleição? Não sei que eleição queira dizer outra cousa do que escolher com independencia os homens mais dignos de representar a sua provincia. E pode-se affirmar que nestas condições poderá haver eleição na Parahyba?

Por um lado a sua população recebe ainda socorros, ou em sua freguezia, ou naquella para onde emigrou no litoral; por outro lado as freguezias do sertão vêm-se completamente destituidas de população por causa da emigração, e si a uma ou outra freguezia tem voltado alguma população, já não é a mesma, que dalli emigrou, e portanto não é gente que figure nas listas de qualificação.

Portanto, qual é a população que haja alli hoje no caso de fazer uma eleição?

Assim, senhores, o que me parecia era que o governo devia ser o primeiro a dar andamento ao projecto que já foi iniciado na casa pelo nobre senador por Minas Geraes, assim de livrar-se dos embaraços de uma eleição em taes condições, ou pedir algum amigo que apresente qualquer outra medida neste sentido e não vir dizer, como fez hontem o nobre presidente do conselho, que não envolvia-se em eleições.

Sr. presidente, tendo tomado a palavra tão sómente para que o meu silencio não fosse mal trazido, peço desculpa ao Senado si com estas palavras que proferi lhe tenho tomado o tempo precioso que podia ser applicado a outro mister.

O Sr. João Alfredo: — Não, senhor.

(Muito bem.)

## SESSÃO EM 23 DE OUTUBRO DE 1879.

**O Sr. Jaguaribe** : — Sr. presidente, eu não desejo tomar tempo à casa, e, pedindo a palavra, tenho até em vista economisá-lo.

Ouvi fallar em já estar sobre a mesa a redacção do orçamento : si ha algum meio de votar-se, interrompendo este debate, eu me sento.

**O Sr. Presidente** : — Fica sobre a mesa, opportunamente ha de ser lido.

**O Sr. Jaguaribe** : — Esta discussão tem de continuar ?

Vozes : — Sem duvida.

**O Sr. Jaguaribe** : — Então sirvo-me da palavra, Sr. presidente, principalmente porque havia formulado um requerimento pedindo informações ao governo sobre despezas da secca, de que na discussão do orçamento não devia absolutamente fallar ; e, tratando-se de um credito sobre a secca, eu acredito que, occupando-me do objecto do requerimento que pretendia dirigir ao Senado, economiso o tempo.

O meu requerimento, Sr. presidente, tinha de versar sobre uma ordem de despezas aliás muito antigas, mas de que não se tem fallado, despezas com uma commissão de engenheiros que foi mandada para o Ceará, a fim de estudar as causas da secca e os meios de remediar os males della provenientes ; commissão nomeada pelo governo passado, si me não falla a memoria e enviada pelo governo actual.

Essas despezas consta-me que têm augmentado ultimamente, conforme vejo dos jornaes da provincia do Ceará. Trago até commigo o jornal *Constituição*, que dá noticia de uma obra grandiosa que se está fazendo, sob a direcção, não sei si da antiga commissão ou de uma nova, visto como o jornal a este respeito não me esclarece bastante, isto é, falla de uma commissão nomeada para estudar a questão dos açudes, e eu confesso que, si o governo imperial determinou alguma cousa a este respeito ou foi publicada no *Diario Official*, passou-me despercebido ; de modo que entro em duvida, si esta commissão, encarregada de erigir açudes, é a mesma commissão mandada pelo governo passado estudar as causas da secca e remediar os seus effeitos, ou alguma commissão nova.

Necessito pedir ao governo informações a este respeito, e acredito que a casa e o paiz precisam effectivamente saber si estas despezas correm pelos cofres geraes, como eu acredito.

**O Sr. Cansansão de Sinimbu** (*presidente do conselho*) : — Direi a V. Ex. quando tiver a palavra.

**O Sr. Jaguaribe** : — Vejo que vou lucrar alguma cousa, porque não tenho em vista sinão esclarecer-me, e persuado-me de que o paiz lucra tambem com estes esclarecimentos.

Em todo o caso, V. Ex. pôde ir me auxiliando.

Essa commissão ultimamente encarregada da construcção de açudes não é a mesma antiga

commissão encarregada de estudar as causas da secca ?

**O Sr. Cansansão de Sinimbu** (*presidente do conselho*) dá um aparte.

**O Sr. Jaguaribe** : — Sr. presidente, desde que o nobre presidente do conselho acaba de informar, em aparte, que a commissão encarregada da construcção de açudes não é a mesma antiga commissão encarregada de estudar as causas da secca, commissão que, o Senado deve lembrar-se, foi nomeada ainda pelo governo passado que lhe deu por presidente o distincto engenheiro Sr. general Beaurepaire Rohan, o qual recusou-se a aceitar essa commissão ; começo a esclarecer-me reconhecendo que fiz bem em pedir essa explicação, porque o paiz fica sabendo que em vez de uma, foram duas commissões de engenheiros mandadas ao Ceará estudar e providenciar sobre o assumpto da secca.

Eu vejo que além da commissão encarregada de estudar as causas da secca, de cujos trabalhos o paiz e o Senado não têm noticia, ha outra commissão encarregada de estudar a necessidade dos açudes e dirigir a sua construcção.

No alludido jornal eu li que se estava fazendo um açude na comarca de Granja, logar denominado Itacolomy, para o qual estava calculado o orçamento de 1.500:000\$000.

**O Sr. Cansansão de Sinimbu** (*presidente do conselho*) dá um aparte.

**O Sr. Jaguaribe** : — Eu, na qualidade de representante daquella provincia, e tendo conhecimentos especiaes de algumas das suas necessidades, julgo-me no dever de fazer a este respeito algumas observações.

Começarei, Sr. presidente, declarando que não acredito nos resultados da construcção dos açudes, como meio de evitar as seccas. Sei que os açudes são de grande vantagem para as fazendas, e que os seus proprietarios por meio delles augmentam-lhe o valor. Mas açudes como medida geral, sobretudo como medida destinada a prevenir seccas, não posso admittil-os ; e para isso ha diversas razões.

A historia nos ensina, Sr. presidente, que no seculo passado soffreram secca a provincia do Ceará e as vizinhas ; bem como que nesse tempo não só havia em diversos pontos do Ceará lagôas, que não seccavam, mas tambem que grande parte de seu territorio era coberto de matas, as quaes, bem como os lagos, naturaes ou artificiaes, acredita-se geralmente, que attrahem, ou produzem as chuvas por effeito da evaporação que os lagos e as matas podem fornecer continuamente.

Ora, si não obstante a abundancia das lagôas e matas, que então havia, as seccas appareciam naquelle tempo ; deve-se inferir que a construcção de açudes, que são outras tantas lagôas artificiaes, não pôde só por si ter a virtude de obstar que ellas se reproduzam.



Além disso todos que conhecem o Ceará sabem que o Jaguaribe, que é o seu rio de maior curso, bem como que os demais rios allí existentes são rios nominaes, ou pelo menos temporarios, que só existem nos annos de grande inverno, e desapparecem logo que cessa a estação das chuvas.

Entretanto sabe-se que naquelle tempo, quando os rios deixavam de correr, ficavam em seus alvos, lagos ou poços assaz extensos; mas não obstante essa grande quantidade de lagos, que eram outras tantas fontes naturaes de evaporação, seccas calamitosas appareceram então, como ainda hoje apparecem. Dahi infiro que por mais lagos artificiaes que se façam não se poderá conseguir que se não repitam as seccas.

O Sr. LEÃO VELLOSO: — Mas attenuam os seus effeitos.

O Sr. JAGUARIBE: — Não desconheço que dos açudes alguma vantagem resulte para o publico, mas a verdadeira vantagem dell'es é para as fazendas, onde são construidos pelos respectivos proprietarios, em cuja hypothese estes se applicam cuidadosamente á sua conservação por todos os meios ao seu alcance.

Mas a experiencia tem mostrado que os açudes feitos pelo governo, sendo abandonados ao gozo do publico, em breve ficam destruidos; porque em nosso paiz infelizmente é verdade que se não contesta, que aquillo que pertence ao publico, a ninguém pertence, e assim cada um, em vez de conservar, não escrupulisa em arruinar. Deste modo o açude feito por conta do governo dentro de pouco tempo para nada servirá.

Eu tenho noticia de factos occorridos no Ceará que cada vez mais me convencem de que, conhecida como é a indole do povo, os açudes que se construirem, importarão despeza sem proveito.

Naquelle provincia a propria natureza se encarrega de fazer grandes açudes, e o povo se encarrega de destruil-os sem motivo real que o justifique.

No Ceará, Sr. presidente, não ha rios permanentes, como ha pouco, eu disse. No tempo das aguas alguns apresentam o aspecto de rios caudalosos; mas terminado o inverno desapparecem; conservando-se apenas em diversos logares do seu leito alguns depositos d'agua, restos dos grandes poços de outr'ora, a que já me referi.

Nessa quadra, sendo arenosa a praia que margem a costa de todo o Ceará, succede que o vento, impellido as areias, muitas vezes obstrue as barras desses rios, e então as aguas, não achando sahida, formam no leito dos rios vastos lagos que, si não fossem destruidos pela mão dos homens, se conservariam, offerecendo aos habitantes da vizinhança as suas fertes margens, muito adaptadas á lavoura, logo que escasseem as chuvas e á proporação que baixam as aguas.

Esses lagos são, além disto, de grande vantagem, visto como encerram grande quantidade de peixes com que se abastecem os habitantes que ficam proximos.

Mas o que succede, pela razão do que aquillo que pertence ao publico, a ninguém pertence, é que quando chega a estação das novas aguas, diversos individuos se congregam e á noite ou mesmo de dia, si estão longe da autoridade, abrindo regos nas paredes desses açudes naturaes, os arrombam, assim de que, esgotados, apanhem a mão ou por qualquer facil armadilha o peixe que allí existe, em sua passagem pelos regos para tal

fim aberto; regos estes que se alargam com a abundancia das aguas, fazendo desapparecer os açudes que a propria natureza havia feito.

Assim acontecerá com os açudes que o governo mandar construir, mediante incalculaveis despezas.

Ainda mais: si os açudes não forem construidos com paredes formadas de terra, como ordinariamente são os das fazendas, no intuito de deixarem escoar bastante humidade sobre terrenos destinados á lavoura, mas o forem com paredes de pedra e cal, então se realizará outro inconveniente.

Os ribeiros, ou riachos, que têm de formar o açude, levam naturalmente em suas aguas grande abundancia de areia, e desde que haja um paredão de pedra e não haja ao mesmo tempo uma sahida para as aguas transportarem consigo essa areia, todo o espaço de um grande açude, destinado a formar um grande lago, desapparece em dous ou tres annos, porque essa areia, vindo pouco e pouco de encontro ao paredão, accumula-se, e com o correr do tempo o vacuo destinado a conter agua, fica completamente obstruido.

Assim, entendendo que fazerem-se açudes com grandes gastos é uma inutilidade, sinão um culpavel desperdicio, salvo si fosse montada uma dispendiosa repartição para velar sobre a conservação e constantes reparos de tais obras.

É certo que em outra occasião, fallando nesta casa sobre os meios de occorrer ás necessidades da secca, quando começou esta calamidade na provincia do Ceará, lembrei a conveniencia de fazerem-se alguns açudes pelo interior daquella provincia, e apontei até os logares mais proprios, segundo a opinião geral, que são no termo de Lavras, quasi ao extremo sul da provincia, o ponto chamado Boqueirão, e na comarca de Inhamuns um logar proximo a Arnerós, pelas circumstancias de que em um e outro destes pontos, dous montes, ou cabeças de serra se acham muito proximos um do outro, sendo apenas separados pelos rios; e todos os que conhecem aquellas localidades, vêem que simplesmente fazendo uma tapagem bastante forte e estabelecendo um sangradouro conveniente, obter-se-iam lagos immensos.

Mas, Sr. presidente, si apontei a conveniencia desses açudes, não foi porque tivesse por esta providencia grande enthusiasmo, e sim porque naquella occasião entendia que era de grandissimo interesse estabelecer o governo nucleos de trabalho no interior da provincia, para evitar que a população fosse accumular-se na capital, dando logar a que se desenvolvessem epidemias, como effectivamente succedeu, cabendo-me nesta parte a triste satisfação de ter sido propheta, porque realmente a falta de providencias pelo interior para evitar que a população emigrasse e em um exodo geral, como aconteceu, fosse accumular-se nas cidades maritimas, foi a causa immediata dessas epidemias que ceifaram vidas aos milhares, até diariamente, como a estatistica da mortalidade no Ceará o demonstra.

Ora, sendo essas as minhas idéas, e tendo o governo creado na provincia tantas fontes de trabalho, como sejam duas estradas de ferro e tantas outras obras, que o presidente por sua conta mandou fazer, não só provincias, como até municipios; já havendo essas obras em que possam os braços validos ser empregados, de maneira que o soccorro do governo, em vez de ser propriamente

esmola, seja o salario, que não abate a dignidade humana; eu não vejo que, quando tantas despezas têm havido na provincia do Ceará, seja ainda necessario que se construam açudes, sobretudo onde elles são menos necessarios.

O de Itacolomy, na Granja, é daquelles que acredito podem ser dispensados, porque si os açudes são para estabelecer frescura, humidade, em uma provincia onde ha falta de agua, devem ser construidos exactamente nos logarões onde essa falta seja absoluta, e ella não pôde ser mais sensivel do que no alto sertão, ao passo que a Granja é um termo á beira-mar.

Tendo eu dito ha pouco que no Ceará não ha rios permanentes, devo todavia acrescentar que na Granja ha, não direi um rio permanente, visto como não ha uma fonte perenne que o alimente, mas uma especie de cambôa ou prolongação do mar sobre o leito do rio Camocim, navegavel na extensão de 6 legoas em todo o anno.

E' ao lado desse rio navegavel e á beira-mar que se pretende fazer um açude, orçado, segundo o jornal a que me refiro, em 1.500:000,5000.

Nessas circumstancias, declaro que, como representante do Ceará, devo alegrar-me de que o governo seja providente acerca das necessidades daquella provincia e abundante nos soccorros que remette aos meus infelizes comprovincianos na calamidade que atravessam; mas não desejando que vá se repetindo todos os dias aqui que o Ceará é um sorvedouro dos cofres publicos, julgo de meu dever reclamar contra as despezas inuteis, esforçando-me para que ellas tenham uma applicação mais proveitosa.

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*):— Em pouco tempo o Ceará ha de indemnizar tudo quanto se tem gasto com elle.

O Sr. JAGUARIBE:— Muito agradeço a V. Ex. sua boa vontade, mas quando ha duas estradas de ferro em que os braços válidos podem ser empregados, parecia-me que essa medida de açudes podia ser dispensada, e em todo o caso, quando o governo entenda que ella é conveniente pelas informações que tenha, sobretudo dessa commissão que foi estudar a secca e que é muito mais competente do que eu para emittir juizo a semelhante respeito, digo que esses açudes devem ser construidos no alto sertão e não á beira-mar.

Está no espirito de todos que á beira-mar ha mais facilidade de recursos, pela promptidão dos transportes por mar, pela pesca, que elle fornece, e finalmente pelo embarque e desembarque de mercadorias; de sorte que os habitantes dessa região, gozando de todas essas vantagens, acham-se mais ou menos ao abrigo de maiores necessidades; e por isso a população do interior quasi em sua totalidade emigrou para as cidades, villas e povoações maritimas, onde pelo menos se acha mais ao alcance dos auxilios que vêm de fóra por meio da navegação.

Assim, si os açudes têm por fim diminuir ou mitigar os effeitos da secca, sendo evidente que é no alto sertão que estes effeitos mais se fazem sentir com todo seu cortejo de horrores; é fora de duvida que, si o governo reconhece a vantagem dos açudes, deve ser no alto sertão, lá onde ha mais aridez, que elles devem ser construidos: e portanto julgo ser um erro estar o governo a despendor grandes capitães naquella parte em que essas obras são menos necessarias.

Sr. presidente, fallando nessas despezas com açudes, e entrando em duvida si seriam por conta dos soccorros publicos, o nobre presidente do conselho, em aparte, declarou que não eram, o prometteu que havia de explicar. Em todo o caso para mim é indubitavel que esta escolha de açudes em um ponto do littoral, na comarca da Granja, é obra do actual presidente.

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*):—O açude foi mandado fazer pelo governo geral em vista de estudos feitos por uma commissão.

O Sr. JAGUARIBE:— Bem; mas, em todo o caso, esta commissão não se achando independente do presidente da provincia o havia de ouvir. Estou agora sabendo que o governo geral mandou uma commissão estudar esta materia e fazer o orçamento geral dos açudes que devem ser erigidos. Naturalmente recommendou que attendesse ás localidades em que as conveniencias publicas reclamassem a construcção de taes obras.

Pela minha parte já declarei que a região que mais pôde reclamar uma tal providencia é o alto sertão, sendo que neste meu juizo não receio ser contestado por nenhum homem serio que conheça o Ceará.

Assim as comarcas de Quixeramobim, Inhamuns, Saboeiro e Icó, por serem as mais aridas, e aquellas que mais distam de serras frescas, são os pontos, onde mais conviria a construcção de grandes açudes, como refrigerio contra a grande aridez.

Expondo o que penso pelo conhecimento que tenho de minha provincia, acredito que, si esta commissão não dependesse do presidente da provincia e seguisse apenas as proprias inspirações e as instruções que lhe deu o governo imperial, começaria o seu estudo no interior, porque salta aos olhos de todos, que é onde se devem fazer os açudes e nunca no littoral. Por consequencia infiro que é o presidente da provincia quem influu para esta indicação de um açude em Itacolomy, á beira-mar, onde nenhuma consideração de utilidade publica pôde justificar uma obra tão dispendiosa.

E, Sr. presidente, sempre que fallo na provincia do Ceará não posso deixar de repetir que aquelle presidente pôde ser optimo, como o nobre presidente do conselho acha, em outra qualquer provincia, mas no Ceará não pôde ser aproveitado para cousa nenhuma.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:— Apoiado.

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*):— Um homem de merito é sempre aproveitavel.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:— Não.

O Sr. JAGUARIBE:— Sr. presidente do conselho, não sou infenso ás presidencias de filhos das provincias, ao contrario entendo que são as mais uteis...

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:— Sim, senhor.

O Sr. JAGUARIBE:—... mas isto quando as presidencias são occupadas por homens superiores, que mais attendam aos interesses do Imperio, do que aos de sua provincia; homens que por seus precedentes tenham provado sua isenção do espirito e independencia, de modo a ostentarem-se completamente emancipados da influencia do campanario e dos grupos, com que tenham convivido.

O presidente do Ceará com certeza não está actualmente nesta altura. Póde ser que com o correr dos tempos e com as commissões que o governo lhe confiar em provincias, onde não seja suspeito, venha a collocar-se nesta posição, mas por ora não está na altura do cargo. Elle não occupou jamais posição official alguma, em que dêsse de si taes provas: serviu apenas o cargo de secretario da presidencia do Ceará, onde não obrava por sua propria conta.

Eleito deputado por aquella provincia, contrahiu obrigações para com os homens que o elegeram, aos quaes procura agradar, para que o elejam de novo na primeira oportunidade. Nestas circumstancias seu horizonte é circumscripto ao do grupo, que o domina, o qual limita-se, quando muito, ao das raia da provincia, sem jamais poder abranger as de todo o Imperio: o que elle é, a sua administração o tem mostrado.

Ora, eu lamento que as provincias estejam confiadas a homens que não se achem na altura de um cidadão do Imperio; porque mais se desvanecem com a de cidadão de uma provincia.

Ainda mais lamento que seja confiado um cargo de tanta confiança a quem nem se quer tem vistas geraes de toda a provincia, mas prende-se aos logarinhos onde tem o campanario, a cujas influencias especialmente corteja para, quando chegar a oportunidade de uma eleição, ser por ellas amparado.

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*):—Elle não precisa d'isto.

O Sr. JAGUARIBE:—O nobre presidente do conselho illude-se e eu lamento esta sua obstinação.

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*):—Sinto que V. Ex. mantenha estas prevenções contra um moço tão distincto.

O Sr. LEÃO VELLOSO:—E' um cearense de muito merito.

O Sr. JAGUARIBE:—Não contestei isto quanto ás suas faculdades intellectuaes.

O Sr. LEÃO VELLOSO:—E moraes.

O Sr. JAGUARIBE:—Póde ser que em outra provincia elle readquirira a necessaria força moral, para bem administrá-la; no Ceará tem feito fiasco o mais triste e deploravel; ainda não houve alli presidencia peor. A impunidade de nefandos crimes ostenta-se ovante: os nababos, enriquecidos á custa dos pobres famintos, escarnecem da moralidade publica!

Os nobres ministros, ouvindo estas queixas contra as depredações, queixas emanadas das populações de todo o Imperio, que são unanimes em dizer que aquelle presidente tem sido um sorvedouro de dinheiros...

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*):—Unanimes?

O Sr. JAGUARIBE:—Unanimes, sim, porque aquelles que pagam impostos, e sabem que o producto do suor nacional é desviado de seu verdadeiro destino, para enriquecer os protegidos, queixam-se de toda a parte; mas, dizia eu, os nobres ministros ouvindo essas queixas geraes podem acreditar que haja nellas prevenção ou má vontade contra o Sr. José Julio?

O nobre senador por Goyaz, por exemplo, filho de uma região tão longínqua e que tem o habito de levantar sua voz sempre com toda a independen-

cia, se havia de lembrar sem motivo de declarar que este presidente estava condemnado...

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*):—E' porque não o conhecem pessoalmente.

O Sr. JAGUARIBE:—Mas, Sr. presidente do conselho, elle não conhece os actos, não está vendo que os desperdícios continuam e que o Sr. José Julio não se mostra homem na altura de zelar os interesses de todo o Brazil, mas sim homem de circumscripção provincial, homem de campanario, e que tem mandado fazer na comarca do Sobral, sua terra natal, essa despeza immensa, a pretexto de dar trabalho aos famintos; quando para este fim havia obras de interesse geral de que elle se tem esquecido completamente?

Que outra explicação póde ter esse dispendioso açude de Itacolomy, onde nenhuma necessidade ha de tal obra, sinão pagar serviços eleitoraes do antigo districto, que o elegeu? Não está vendo que elle tem feito isto, quando na provincia do Ceará o trabalho que seria mais proficuo, attendendo á circumstancia de dever o governo dar alimento áquella população, era a obra do porto da capital?...

O Sr. MENDES DE ALMEIDA:—Apoiado.

O Sr. JAGUARIBE:—... porque não é uma obra provincial, mas sim geral, pois que aproveita a todo o Imperio.

O Sr. MENDES DE ALMEIDA:—Muito bem.

O Sr. JAGUARIBE:—Todos que transitam nessa costa do Brazil e indo ao Ceará, desembarcam na capital daquella provincia, vêem nella uma bella cidade com todas as commodidades da vida e sentindo a difficuldade de embarque ou desembarque, lamentam que este paiz não tenha um governo como o da Inglaterra, onde, quando mesmo haja falta absoluta de portos, tem-se construido portos artificiaes.

O Sr. MENDES DE ALMEIDA:—Um quebra-mar fluctuante.

O Sr. JAGUARIBE:—No Ceará não se dá a mesma difficuldade, porque o porto está feito e apenas necessita do braço humano para melhorá-lo, para o que tem ido alli engenheiros estudar o melhoramento do porto. Poder-se-ia executar qualquer trabalho alli; seguindo o plano e planta deixados pelo celebre engenheiro inglez Hawkshaw, e com isto, estou certo, não se consumiria nem a terça parte da fabulosa quantia que alli se tem gasto em enriquecer amigos, a titulo de soccorrer a população, que em grande parte, aliás, tem morrido á mingua e ha de morrer por descuido ou deleixo da administração. Ao passo que da-se isto, manda-se fazer açudes sem necessidade, podendo a attenção do governo ser dirigida para uma obra de tanta necessidade como é o porto.

O Sr. LEÃO VELLOSO:—Quaes são as obras immensas feitas na cidade de Sobral?

O Sr. MENDES DE ALMEIDA:—Trata-se das que não se fizeram no porto da capital.

O Sr. JAGUARIBE:—Vou satisfazer ao nobre senador pela Bahia. Sr. presidente, eu já referi, quando tive occasião de fallar sobre este assumpto, que estava informado, por exemplo, de que tinha-se feito alli um theatro. Não tenho sobre isso uma informação muito positiva, mas tenho certeza de outras, de que se fez uma estrada para

Merúca, onde me informaram se gastou a quantia de 30 a 40:000\$, que se fez um bello palacio para a casa da camara e cadeia, sem necessidade alguma, porque fui juiz de direito daquella comarca e existia alli uma das melhores prisões, com casa da camara, que já era em si um palacio. Si o nobre senador pela Bahia, que já presidiu o Ceará, foi á cidade do Sobral, como acredito, ha de ter visto essa cadeia e casa da camara e reconhecido que era um edificio magnifico.

O SR. LEÃO VELLOSO:—Era.

O SR. JAGUARIBE:—Pois bem; á semelhança dos sybaritas que se julgavam incommodados pelo movimento de carros de carga e prohibiam que na sua cidade houvesse esse movimento e outros que lhes perturbassem os ouvidos, estabelecendo uma linha divisoria para separar a parte da cidade, em que eram permittidos o trânsito daquelles carros e o exercicio das artes mecanicas, daquella em que habitavam os ricos apreciadores da vida placida e dos gozos: assim os habitantes do Sobral que tinham a prisão no centro da cidade, sentiram-se incommodados de ver tantos presos, e por este simples motivo, determinou por elles o presidente da provincia, seu conterraneo, que-se fizesse uma nova prisão fóra da cidade, e fizeram um palacio magnifico.

O SR. VISCONDE DO RIO BRANCO:—Com soccorros publicos?

O SR. JAGUARIBE:—Creio que sim; o nobre presidente do conselho nos dirá si sabe si estas obras foram feitas com dinheiro de soccorros publicos.

O SR. CANSANÇÃO DE SINIMBÚ (presidente do conselho):—Não, senhor.

O SR. JAGUARIBE:—Dizem que houve capricho de imitar a prisão da capital, que é vasta para receber presos de toda a provincia, e fizeram obra de luxo, circundada de uma espessa e elevada muralha, por cima da qual se póde passeiar, á semelhança das muralhas clinozas.

Ora, o nobre presidente do conselho acabou de declarar que a obra não era feita com o dinheiro de soccorros publicos, mas então, senhores, por que verba foi? O nobre presidente do conselho nos informará. Nós votamos aqui as despesas do Estado e não vimos tratar-se de autorizar a despeza de prisões. Desde que não foi pela verba— Soccorros publicos—, desde que não foi á custa da provincia, por que verba se podia effectuar esta despeza?

O SR. LEÃO VELLOSO:—E as rendas provinciaes?

O SR. VISCONDE DO RIO BRANCO:—As rendas da provincia não têm soffrido com a secca?

O SR. LEÃO VELLOSO:—Não, senhor.

O SR. VISCONDE DO RIO BRANCO:—Que secca milagrosa!

O SR. LEÃO VELLOSO:—E' por causa da exportação de escravos.

O SR. VISCONDE DO RIO BRANCO dá outro aparte.

O SR. JAGUARIBE:—Eu acredito que a renda provincial não tem diminuido muito, pelo motivo apresentado pelo nobre senador pela Bahia, mas alguma diminuição deve ter havido, desde que esgotaram-se as outras fontes de renda.

O nobre presidente do conselho ha pouco tempo forneceu-me, nesta mesma tribuna, sobre a escravatura existente no Ceará, um quadro, que li ao Senado, pelo qual se via que o seu numero era de 14.000. Ora, havia no Ceará por occasião da ul-

tima estatistica feita ha sete para oito annos, 32.000 escravos, portanto ainda dando-se o desconto dos que morreram, libertaram-se, ou foram exportados antes da secca, verifica-se que a exportação de escravos nesta ultima quadra deve approximar-se, talvez, a quasi metade daquelle numero; e sendo o imposto de cada escravo exportado...

O SR. AFFONSO CELSO (ministro da fazenda):—200\$000.

O SR. JAGUARIBE:—... eis ali o motivo de não ter decrescido muito a renda da provincia.

Mas não me fallem em orçamento provincial para fazer a obra, a que me tenho referido; porque em todo o caso as finanças da provincia acharam-se por tal fórma ameaçadas que os empregados provinciaes receiavam ficar reduzidos á falta de pão, e dirigiram uma representação a esta Corte que os nobres ministros haviam de ter recebido, pedindo providencias a respeito.

Elles encarregaram a uma commissão de diversas pessoas nesta Corte de levar ao governo esta representação; eu fiz parte dessa commissão e confesso que não a desempenhei; disse aos meus collegas que desempenhassem por si essa tarefa, porque eu receiava que a minha intervenção no negocio fosse de mau agouro para elle.

Meu receio, Sr. presidente, provinha de que pouco antes eu me tinha dirigido ao Sr. ministro do Imperio, mostrando-lhe a impossibilidade de eleição de senadores no Ceará, attenta a miseria geral da provincia e a deslocação de seus habitantes; e o Sr. ministro do Imperio respondeu-me que eu ia em boa occasião, porque ainda nada estava resolvido a respeito, mas que dentro em pouco, devendo esse negocio ser discutido em conselho de ministros, levaria a seus collegas as minhas ponderações, parecendo-lhe que ellas deviam ser tomadas na devida consideração.

A consideração em que S. Ex. tomou as minhas ponderações, foi apparecer, poucos dias depois, um decreto revogando outro do governo passado, que tinha declarado a impossibilidade de fazer-se a eleição por causa da secca.

Mas, Sr. presidente, quando os empregados publicos provinciaes chegam a fazer uma representação neste sentido, lembrando até a conveniencia e a necessidade de um emprestimo á provincia, si me não falha a memoria, porque receiam que fossem seus vencimentos grandemente reduzidos, attentos os rebates que delles seriam forçados a fazer no commercio, é porque as circumstancias financeiras desta provincia são más, visto como a principal despeza de uma provincia é pagar seus serventuarios, e, quando estes se mostram receiosos de que a renda não seja sufficiente para esse fim, dizer-se que essa renda dá para despesas com obras importantes, que se não faziam em tempos prosperos, e até algumas de luxo, como a da iluminação, dizer-se que essas despesas são feitas á custa do municipio ou á custa da provincia, é o que custa acreditar.

E tanto custa, Sr. presidente, que a ultima vez que fallei a este respeito, pedi ao nobre ministro da fazenda que nos apresentasse a demonstração legal de uma allegação da defesa do presidente do Ceará quanto á iluminação do Sobral a gaz-globo, e até ao presente não fui satisfeito, sem duvida em consequencia de minha insignificancia...

O Sr. AFFONSO CELSO (*ministro da fazenda*):— Não, senhor.

O Sr. JAGUARIBE:— É certo que nessa occasião S. Ex. se havia ausentado; não me ouviu, tendo a fineza de me dizer que precisava retirar-se.

Mas, como dizia eu, tendo S. Ex. vindo dizer ao Senado já se achar informado de que a illuminação da cidade do Sobral fôra feita á custa das rendas daquelle municipio, reflexionei que não bastava que seu delegado assim o tivesse informado, mas que era caso de pedir a demonstração, como costuma dizer o nobre Sr. Visconde de Abaeté, o qual, quando se avançam certas proposições equivoacas ou duvidosas, exige sempre a demonstração; o caso era para isto.

Por occasião dessa minha reflexão lembrei a S. Ex. que as municipalidades, quando resolvem despezas, não têm a força de executar immediatamente a sua resolução, ella é dependente da approvação da Assembléa provincial, e, acrescentava eu que era facilimo a S. Ex. trazer-nos aqui a lei, autorizando a Camara municipal do Sobral a fazer essa despesa.

Ajuntei ainda, e repito, visto que S. Ex. está presente, que as informações que eu tenho tiradas de jornaes acerca da illuminação a gaz-globo não se limitam á cidade do Sobral; dizia-se que o presidente da provincia tinha encomendado alguns milhares de combustores para a cidade do Sobral e algumas outras cidades do interior.

O Sr. AFFONSO CELSO (*ministro da fazenda*):— Ministrarei a informação que recebi posteriormente ao seu discurso; tenho uma carta do presidente que mostrarei a V. Ex.

O Sr. JAGUARIBE:—Eu insisto ainda sobre um ponto de que por vezes tenho fallado nesta casa. Acredito que, quando tantas accusações têm sido feitas contra a administração do actual presidente do Ceará, sobretudo ao que toca ao desperdicio dos dinheiros publicos, aquelle presidente não deveria mais ser conservado.

E tanto menos o deveria, quanto tendo o governo por vezes prometido que mandava e tendo effectivamente mandado agentes do Thesouro áquella provincia, comprehendendo-se qual não deve ser o vexame desses agentes, tendo de fiscalizar aquellas despezas diante do mesmo presidente, que as mandou fazer.

Por outro lado comprehendendo-se que despezas autorizadas talvez menos escrupulosamente, não de causar certo vexame ao presidente; desde que tenham de ser submettidas a um agente fiscal, ha de desagradar-lhe o dizer-se que elle não foi zeloso, e portanto elle ha de esforçar-se por apresentar essas despezas com todos os visos de legalidade. E sabe-se de quantos recursos dispõe um presidente para conseguir esse fim.

Esse exame, portanto, essa fiscalisação só poderá ser effiz e proveitosa sob a administração de um outro presidente.

E, senhores, a minha convicção a este respeito é tanto mais forte, quanto eu vejo que a jurisprudencia, que está regulando para umas provincias, não é a mesma que regula para outras.

Ainda hoje, por exemplo, aqui foi dito (e os nobres ministros observaram que isso era um favor do governo) que na provincia da Parahyba, por um aviso do ministerio do Imperio, se declarara ao presidente que respondesse a taes e taes fornecedores que reclamavam o pagamento da factura

de algumas obras, que fossem entender-se com a thesouraria ou Assembléa provincial para esse pagamento, visto que se tratava de obras provinciaes.

Mas para o Ceará a jurisprudencia é outra. Pois essa cadeia, pois essa estrada de Meruoca não foram pagas pelos cofres geraes? E estas obras não serão evidentemente provinciaes? Uma dellas até, a estrada de Meruoca, não será uma obra até municipal? Não appareceu aviso algum em contrario, nem apparecerá, porque o Sr. José Julio é privilegiado.

Vê-se, pois, que ha uma jurisprudencia especial em relação ao Ceará, que não é a mesma jurisprudencia para as outras provincias do Imperio.

Senhores, os nobres ministros desculpem-me, mas eu observo que o nobre presidente do conselho, quando toma affeição a alguém, é de um modo a estabelecer em torno dessa pessoa uma muralha impenetravel: Eu acredito que os collegas de S. Ex. hão de ver-se em difficuldades tendo de estabelecer uma jurisprudencia para o Ceará, que não é a mesma das outras provincias; mas emlim elles não podem romper essa muralha de favor com que o nobre presidente do conselho circumda o seu *enfant gaté*, Dr. José Julio.

Fique o nobre presidente do conselho certo de uma vez que, com esses favores immensos...

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*):— Favores?! Quando eu exijo sacrificios faço favores?

O Sr. JAGUARIBE:— O nobre presidente do conselho sacrificia o serviço publico, sacrificia a si mesmo e sacrificia especialmente o Sr. José Julio.

Senhores, eu respeito muito as boas intenções do nobre presidente do conselho; mas peço-lhe licença para dizer que neste ponto S. Ex. acha-se em erro. Ninguém pôde crer nesses favores que S. Ex. dispensa ao Sr. José Julio. O Sr. José Julio é um moço que provavelmente deve ter aspirações e quereria fazer o papel que todos desejam desempenhar na vida politica. Mas o nobre presidente do conselho, com essas demonstrações de favor com que cerca o Sr. José Julio, chamando-o o primeiro dos presidentes de provincia do Brazil, pelos factos demonstra S. Ex. mesmo que não cre nisso.

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*):— Eu não creio que elle seja um excellente presidente?

O Sr. JAGUARIBE:— É defeito da minha intelligencia; não sei exprimir-me bem. Acredito que V. Ex. tudo quanto diz é o que pensa. V. Ex. diz que cre: estou bem certo disto. Desde que respeito a suas boas intenções, não posso dizer o contrario.

Mas, senhores, como eu dizia, um moço que começa sua carreira deseja apparecer. Si o nobre presidente do conselho acha que o Sr. José Julio é um optimo presidente, tantas presidencias importantes têm vagado no Imperio...

O Sr. MENDES DE ALMEIDA:— Mas hoje o Ceará é uma das primeiras presidencias.

O Sr. JAGUARIBE:— ... para as quaes os serviços de um tal presidente seriam muitos proveitosos!... Era occasião de S. Ex. dar ao seu presidente privilegiado um logar em que seus serviços melhor aproveitassem. Nestes ultimos tempos vagaram as presidencias do Rio de Janeiro, do Rio

Grande do Sul, de S. Paulo, de Minas Geraes e ultimamente a de Pernambuco...

O Sr. MENDES DE ALMEIDA:—Não estão na altura da do Ceará.

O Sr. JAGUARIBE:—... provincias mais importantes pela sua riqueza, pela illustração de grande numero de seus habitantes do que a do Ceará.

Entretanto, o Sr. José Julio é conservado no Ceará como um marco...

O Sr. MENDES DE ALMEIDA:—V. Ex. não tem razão. Neste ponto estou com o ministerio: o Ceará é a primeira das presidencias.

O Sr. JAGUARIBE:—... de modo que, Sr. presidente, todos se convencem de que o nobre presidente do conselho, em vez de fazer um beneficio ao Sr. José Julio, faz-lhe um mal, a ponto de estar eu mesmo convencido de que S. Ex. mesmo terá duvidas a respeito do serviço que presta ao Sr. José Julio.

Mudando-o de presidencia, S. Ex. desincompatibilizaria o Sr. José Julio e abrir-lhe-ia a carreira; e, visto que já foi deputado por aquella provincia, muito naturalmente havendo por ali uma vaga na camara temporaria, a sua candidatura não seria fóra de proposito.

Mas de todos estes factos o que inferir-se? Já o disse aqui no Senado e peço licença para repetir, o que explica a conservação do Sr. José Julio na presidencia do Ceará é a eleição de senadores, porque o Sr. José Julio mostrou o talento de converter em eleitores os mortos e as mumias ambulantes; com esse eleitorado de mortos e moribundos fez uma eleição, e mandou-nos para aqui actas tão perfectas e com tantos eleitores como nos tempos mais prosperos da provincia do Ceará, cousa impossivel para qualquer espirito que sabe o que tem sido o Ceará nestes ultimos tempos.

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*):—A camara dos deputados pensa inteiramente o contrario.

O Sr. JAGUARIBE:—Mas V. Ex. pensa tambem o contrario?

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*):—Penso, sem duvida.

O Sr. JAGUARIBE:—Então V. Ex. pensa que, subindo o numero dos mortos pela fome e pelas epidemias juntamente com os que emigraram do Ceará, pelo menos a trezentos mil habitantes...

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*):—Sinto que não se tenha discutido a eleição.

O Sr. JAGUARIBE:—Eu tenho em casa os dados; não os trouxe hoje, porque não esperava entrar nesta discussão.

... havendo ainda ultimamente uns 300 mil que recebem soccorros, segundo dados que colhi do jornal official do Ceará...

O Sr. LEÃO VELLOSO:—Informam que se elevam apenas a 100,000.

O Sr. JAGUARIBE:—Eu hei de trazer os calculos feitos pelo *Cearense*, folha official, que provam minha asserção para mostral-os ao nobre senador.

Quem ficou, pois, para votar? Não se vê que houve somente uma farça? O presidente que faz semelhante farça se inutiliza para ficar na administração de uma provincia, salvo si é para o fim de fazer nova farça.

Dahi infiro que não é o amor que o nobre presidente do conselho tem a esse seu delegado, o que explica a sua conservação na presidencia; mas que isso é o effeito de outros interesses. Como isto não me refiro ao nobre presidente do conselho, cujas boas intenções respeito (*viso*); isso é o resultado dos manejos de partido que exerce sobre S. Ex. a sua pressão.

Mas a verdade é que esse presidente, aos olhos da razão, é impossivel, especialmente tratando-se de fiscalização. Como é que esse homem ha de consentir que os agentes do Thesouro descubram essas melguezas de que tanto têm fallado os jornaes, aos quaes os nobres ministros tão avessos se mostram, agastando-se quando se lhes falla na imprensa?

Mas não podemos prescindir dos jornaes, embora incorramos no desagrado dos nobres ministros; e portanto havemos de dar credito ao que dizem os jornaes, os quaes, emquanto não for mudada a nossa forma de governo, hão de ser o principal vehiculo da opinião publica.

Afirmam elles que se tem descoberto assignaturas falsificadas do presidente, já se sabe que sem o consentimento delle, mas produziram o seu effeito.

O Sr. AFFONSO CELSO (*ministro da fazenda*):—O facto é verdadeiro, e foi descoberto pelo delegado do Thesouro em consequencia do auxilio prestado pelo presidente.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—Esse empregado não podia sair á rua sinão acompanhado pelo chefe de policia.

O Sr. JAGUARIBE:—Senhores, si essas falsificações se tem descoberto, estando na provincia o Sr. José Julio como seu presidente, quantas outras se não descobririam, si outro fosse o presidente?

O Sr. AFFONSO CELSO (*ministro da fazenda*):—O nobre senador sabe perfeitamente que o presidente não tem autoridade sobre o delegado do Thesouro.

O Sr. JAGUARIBE:—Senhores, nós sabemos como essas cousas se fazem nas provincias, e a influencia que tem um presidente para que os seus amigos não fiquem mal, e não sejam descobertas as suas faltas. Não sei quaes foram os falsificadores, e ha toda a conveniencia em que o publico os conheça; mas desde que o nobre ministro declara que foi o Sr. Dr. José Julio quem ajudou a descobri-los, começo a desconfiar que esses já descobertos não são do grupo do ajudante da descoberta.

Entretanto vejo ali uma animação, contando que os autores de outras depredações, ainda occultos, si não poderem ser descobertos durante a administração do actual presidente, pelo menos o hão de ser, quando cessar esse embaraço.

Mas a verdade, senhores, é que depois que a provincia do Ceará tem sido flagellada, se está vendo que homens que antes da secca viviam em extrema pobreza, hoje estão opulentos, ostentam luxo, fazem viagens de recreio, etc.

Si os nobres ministros attondessem ao espirito da nossa constituição, quando no art. 13 ella determina que na vacancia do throno se instaure exame sobre a administração anterior, no intuito de reformar os abusos nella introduzidos, reconheceriam que esta disposição é perfeitamente applicavel ás administrações provinciaes, com a unica

diferença de que quanto a estas, o exame pôde ser instituído mesmo em vida dos administradores; e logo que vissem levantar acusações, como estas que se têm levantado contra o presidente do Ceará sobre despesas extraordinárias e nunca vistas, deveriam ou removê-lo para outra presidência, ou fazê-lo voltar á vida privada, dando-lhe successor que estabeleça, sobre os pontos de accusação, a competente syndicança, de modo a poder-se descobrir a verdade, longe dessa acção que pôde dificultar o exame ou torná-lo impossível.

E' assim que o nobre senador pela provincia de Goyaz disse aqui que o agente fiscal do governo achou no Ceará a principio certas difficuldades, no que por minha vez tambem ouvi fallar sempre com louvor da prohibidade do agente fiscal.

Não sei bem como as cousas alli se passam, mas informaram-me que esse agente do governo fez as pazes com o presidente, e hoje vive na maior intimidade com elle, acompanhando-o a passeio, etc. Isto se comprehende bem: era o meio de fazer cessar os embarços, que encontrou em começo, e aos quaes alludia o nobre senador por Goyaz.

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*) dá um aparte.

O Sr. JAGUARIBE:—Eu tambem faço desse empregado o mais elevado conceito.

O Sr. AFFONSO CELSO (*ministro da fazenda*):—O delegado do Thesouro não foi fiscalisar os actos da presidência, foi para verificar como são executados os regulamentos fiscaes. Essa intimidade daquelle funcionario com o presidente, longe de ser inconveniente, é vantajosa, porque mostra que o presidente está satisfeito com os serviços do delegado e que o delegado se acha convencido da severidade com que são fiscalisados os dinheiros publicos.

O Sr. JAGUARIBE:—Sr. presidente, ia me escapando responder a algumas palavras, que hoje preferiu o nobre presidente do conselho em relação ao inverno no Ceará; e julgô importante responder a esse ponto.

S. Ex. recebeu informação de que tinham cahido chuvas no Ceará; e dou a esse facto importancia que não merece. S. Ex. não conhece o que sóe succeder naquella provincia em Setembro e Outubro, que é verão. Cahem algumas chuvas que o povo chama *chuvas de cajú*, por coincidirem com a florescencia das arvores que produzem esse fructo. Mas essas chuvas pouco proveito dão.

Devo acrescentar, com experiencia propria, que taes chuvas não apparecem no sertão, onde muitas vezes deixa de cahir uma gotta d'agua durante oito mezes, mesmo em annos de regular inverno. As *chuvas de cajú* sómente se dão no littoral, e ellas podem servir em relação á lavoura, sómente a da canna e do café: um ou outro cannavial que não esteja bem humedecido pôde aproveitar com essas chuvinhas, porém não produzem legume, nem ninguem tenta plantá-lo por não ser a estação propria.

O Sr. LEÃO VELLOSO:—Tem chovido ou não?

O Sr. JAGUARIBE:—Tem chovido, mas estou explicando que essas chuvas não servem de nada.

O Sr. LEÃO VELLOSO:—Então continúa a necessidade de soccorros?

O Sr. JAGUARIBE:—Achô que continúa. Os nobres senadores me chamam para uma questão de que me ia esquecendo.

Essas chuvas não produzem cousa alguma; ao contrario, si são mais abundantes do que as chuvinhas communs, chamadas de cajú, prejudicam...

O Sr. MENDES DE ALMEIDA:—Ao proprio cajú.

O Sr. JAGUARIBE:—Não só ao proprio cajú, como porque apodrece os pastos seccoos do inverno anterior e que vão servindo para o pouco gado que resta.

Agora os nobres senadores chamam a questão para outro ponto, e é que essas chuvas são um bom annuncio; mas sobre este ponto não posso emitir opinião segura, porque não sou astrologo.

O Sr. CRUZ MACHADO:—Astronomo.

O Sr. JAGUARIBE:—Uma e outra cousa, porque não entendo de advinhações, nem tão pouco de astronomia. Acredito que essas chuvas são bom annuncio, e neste sentido são as informações que tenho recebido da provincia.

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*):—Logo o que eu disse é verdade.

O Sr. JAGUARIBE:—Dalli-me dizem que tem-se notado uma differença e é que nos tres annos anteriores havia uma ventania continua, ao passo que ultimamente só tem havido brisas.

O Sr. VISCONDE DO RIO BRANCO:—Brisas fagueiras.

O Sr. MENDES DE ALMEIDA:—E' um bom prenuncio para as eleições...

O Sr. JAGUARIBE:—Mas, pergunto ao nobre presidente do conselho, pois o governo deve fiar-se simplesmente nesse prenuncio? não deve andar acautelado e tomar providencias serias, em vez de esperar só na Providencia Divina?

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*):—Quaes são essas providencias?

O Sr. JAGUARIBE:—Tenho fallado nellas, mas minha palavra não vale de nada, o que digo é tomado por effeito de paixão partidaria.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—Vá dizendo o que pensa.

O Sr. JAGUARIBE:—Desde o começo digo que no Ceará falta administração, os serviços da secca não foram organizados.

O Sr. LEÃO VELLOSO:—A administração não traz chuvas.

O Sr. JAGUARIBE:—Estou me referindo aos serviços da secca.

Os nobres ministros estão no poder desde 5 de Janeiro do anno passado, e fiados de que no anno seguinte havia bom inverno, não tomam providencia alguma.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:—Mas o serviço eleitoral está bem organizado.

O Sr. JAGUARIBE:—Desde que o Sr. ministro da fazenda declarou ao do Imperio que de Julho em diante deviam cessar as despesas com a secca das provincias do Norte, era natural que o governo tratasse de arrancar daquella infeliz região os braços validos, sem emprego, e trazê-os para uma região feliz, onde tanto se clama por falta de braços.

O Sr. CANSANSÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*):—Contra a vontade delles?

O Sr. JAGUARIBE:—Estão promptos a vir; elles têm andado lá á vontade do presidente, vão para

onde este os manda, até nas eleições para pôr mesas fóra.

O Sr. AFFONSO CELSO (*ministro da fazenda*):— O transporte desses emigrantes não custaria mais caro? E quer V. Ex. que se despovo o Ceará?

O Sr. LEÃO VELLOSO:— Ha cearenses que gritam contra essa idéa.

O Sr. CRUZ MACHADO.—Quærem os soccorros permanentes. A constituição não cogitou de soccorros permanentes.

O Sr. JAGUARIBE:—Fallei nessa colonisação nacional ha talvez seis mezes...

O Sr. CRUZ MACHADO.—E' preciso pôr um paradeiro a esse sorvedouro dos dinheiros publicos; siquem prohibido os soccorros permanentes.

O Sr. JAGUARIBE:—E o nobre presidente do conselho, discutindo aqui o credito da China, manifestou a idéa de aproveitarem-se os braços brazileiros que se achassem ociosos, collocando-os em logares apropriados á lavoura; então folguei, pareceu que minha idéa ia prevalecer; mas tenho visto que continuam as despezas com soccorros no Ceará e não se trata mais dessa emigração.

Tem razão o nobre ministro da fazenda, quando diz que essa emigração deve custar dinheiro; mas devia o governo ter mandado preparar terrenos, afim de que esses emigrantes, chegando aqui, fossem immediatamente levados ao ponto de seu destino sem que parassem na Côte, afim de que não se deixassem dominar das delicias de Capua, procedendo-se com elles como se tinha procedido com a emigração estrangeira durante a febre amarella, creando-se uma colonia especial, a de Porto Real, para onde eram conduzidos pela estrada de ferro ao sahirem de bordo. Fizesse o governo isso, desse instrucções ao seu delegado e não faltariam emigrantes.

O Sr. AFFONSO CELSO (*ministro da fazenda*):— V. Ex. conhece bem o paiz; onde haviamos de collocar-os?

O Sr. JAGUARIBE:— Na provincia do Espirito Santo, por exemplo, em cuja hypothese deviam desembarcar alli.

O Sr. AFFONSO CELSO (*ministro da fazenda*):— Estão divididos os terrenos?

O Sr. JAGUARIBE:—O governo devia ter mandado fazer isso.

O Sr. AFFONSO CELSO (*ministro da fazenda*):— E a despeza? Além de que seria altamente impolitico despovoar o Ceará.

O Sr. VISCONDE DO RIO BRANCO:—Os que restam podem ser empregados lá.

O Sr. JAGUARIBE:—Meu pensamento não é despovoar o Ceará, onde ha bastante prolificidade para em poucos annos preencher os claros alli deixados pela emigração, mas ennohrecer os braços validos, que ali se acham recebendo soccorros, transportando-os para uma região feliz, onde possam ser proprietarios, e prestar á lavoura e ao paiz os mesmos, sinão melhores serviços, do que esses que o governo espera dos colonos estrangeiros; acrescentando que por maiores que sejam as despezas a fazer com a collocação desses colonos nacionaes, serão muito menores, do que a que se fazem com os colonos estrangeiros.

Porouro lado com a minha idéa desejo evitar uma difficuldade, que o governo, sem o querer

sem duvida, está fazendo arraigar no Ceará, e é o proletariado official; desgraça que nunca existiu em nosso paiz, mas que a imprevidencia do governo está deixando crear forças alli, a tal ponto, que já parece impôr ao mesmo governo.

Ainda hoje se dizia aqui por parte do governo: « Quereis que cessem os soccorros? Dai-nos batallhões para irem bater os perturbadores. » Oh, senhores, isto dóe-me, é a negação do principio da autoridade. Pois então que governo é este, a que só se pôde obedecer diante das baionetas? Neste paiz o principio da autoridade está se destruindo pela raiz, e eu chamo para este ponto a attenção do nobre senador por Goyaz, que é radical.

O Sr. AFFONSO CELSO (*ministro da fazenda*):— Qual de VV. E. Ex. tomava a responsabilidade de mandar cessar os soccorros repentinamente?

O Sr. JAGUARIBE:—Não é cessar, é tomar providencias. Trabalhem nas estradas de ferro e nas outras obras, os que sobrarem immigrem e o governo os guie, reservando sómente os soccorros aos invalidos.

Faça o governo isso, e essa despeza ha de ser menor e mais proveitosa do que a do estabelecimento desse proletariado official, e principalmente porque tenderia a evitar o amortecimento do principio da autoridade: amortecimento que se proclama quando se diz: « Não podem cessar os soccorros, porque essas hordas se levantam e vão a palacio. »

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:— Os fornecedores mandam as hordas a palacio.

O Sr. JAGUARIBE:—O Ceará não se acha em taes circumstancias.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:— As hordas vão á porta do palacio com banderola dada pelos fornecedores.

O Sr. CRUZ MACHADO:—Uma das medidas para a secca acabar depressa é acabar com as eleições naquella provincia.

O Sr. JAGUARIBE:—A secca, é verdade, tem continuado e actualmente sei que não existem os cereaes, que o pequeno inverno deste anno poderia ter produzido, e isto por causa da imprevidencia do presidente que não ministrou sementes em tempo.

A culpa foi sómente delle, porque sei que daqui foram remetidas sementes, mas ellas ficaram em Pacatuba e não chegaram em tempo ás populações do interior.

O Sr. AFFONSO CELSO (*ministro da fazenda*):— Por não haver animaes.

O Sr. JAGUARIBE:— Perdão: não foi por falta de animaes e sim por falta de providencias acertadas. Si para uma remessa tão rapida, como devia ser a das sementes, o presidente procurasse quem tivesse animaes, havia de achal-os; mas estava alli estabelecido o systema dos freteiros, como eram chamados os contratantes da conducção dos generos do governo, e essas entidades eram pessoas protegidas, que muitas vezes não possuíam uma só cavalgadura, mas faziam o contrato, visando sómente o recebimento da metade do frete estipulado, o qual era pago ao assignar o contrato: depois disso é que esses felizes empregarios iam procurar quem tivesse animaes, para subcontractar a remessa por menor quantia do que a contratada com o governo, perdendo-se com essas delongas o tempo proprio das sementeiras.



Assim, pois, é por falta de providencias adequadas da parte do governo provincial que em grande parte continúa a haver penuria na provincia.

Si em tempo competente tivesse a população sido internada, e as sementes tivessem chegado ao seu destino, muito maior quantidade de cereaes teria produzido o pequeno inverno deste anno, e já os soccorros publicos poderiam em grande parte ser dispensados.

Não tendo porém havido taes providencias, a provincia ainda está, com effeito, faminta, mas a população tendo diminuido muito, é manifesto que a despeza tambem deveria ter diminuido muito.

O Sr. CANSANÇÃO DE SINIMBÚ (*presidente do conselho*):— Está diminuindo.

O Sr. AFFONSO CELSO (*ministro da fazenda*):— Consideravelmente.

O Sr. JAGUARIBE:— Entretanto, os nobres ministros vêem os clamores que ha por pagamentos. (*Cruzam-se diversos apartes.*)

Sei que muitas censuras levantam-se injustamente nestes tempos calamitosos, mas sei tambem que muitas destas que se tem levantado, têm todo o fundamento e creio que ellas não teriam apparecido si não fossem baseadas sobre factos que têm effectivamente sua origem nas eleições.

E a este proposito occorreo-me uma ponderação, e é que tenho notado que a mudança de um presidente na provincia da Parahyba trouxe aos cofres publicos grande economia, porque observei das publicações dos jornaes e mesmo de opiniões expendidas nesta casa, que depois que entrou o novo presidente da Parahyba, as despesas têm diminuido a menos de metade, assim como tenho a convicção de que, si no Ceará não tivesse havido eleições e eleições duplas, as despesas feitas na provincia com soccorros publicos desceriam a muito menos de metade.

Assim pensando, receio muito que, na provincia da Parahyba, onde effectivamente quando não se fallava em eleições as despesas diminuiriam consideravelmente, agora que se trata de uma eleição alli, estas despesas tenham de subir, que novas necessidades não tenham de surgir para acobertar as modidas que reclamam uma eleição, cuja despeza muitas vezes os candidatos felizes não querem que corram á sua custa.

O Sr. CRUZ MACHADO:— As medidas podem ser mesmo exigidas pelos especuladores que tiram de todo partido, e até mesmo da desgraça publica.

O Sr. JAGUARIBE:— Infelizmente quanto á Parahyba o governo tem sido surdo a todas as reclamações feitas aqui, pedindo-se informações acerca do estado daquella provincia, no intuito de saber-se si ella está ou não em circumstancias de fazer-se a eleição.

Mas nada se tem dito; ha um mysterio que julgo significativo, mas em todo o caso prejudicial ao serviço publico, porque havendo ainda tempo do governo solicitar uma medida do corpo legislativo, não o faz, e isto talvez seja um embaraço no futuro, quando o Senado tiver de apreciar uma eleição feita nestas circumstancias, e até porque sei que a provincia da Parahyba acha-se em más circumstancias.

Ainda o outro dia referi-me aqui a uma justificação que eu tinha visto nos jornaes, dada na provincia da Parahyba, sobre quadrilhas de ladrões que obstem ao transito, e, ou roubam os conductores de cargas do governo, ou estabelecem um

imposto (eram os artigos da justificação) sobre cada carga; de maneira que os conductores dellas que quorem passar, entendem-se com os chefes das quadrilhas, pagam o imposto, e com o recibo vão ao seu destino; outros, porém, que se não querem sujeitar a essa extorsão, pagam imposto mais pesado, são espancados e completamente despojados de tudo quanto conduzem.

Ora, uma provincia que está nestas circumstancias, acha-se em condições de fazer eleição?

O Sr. MENDES DE ALMEIDA:— Neste caso V. Ex. devia pedir que fosse dado para discussão o projecto.

O Sr. JAGUARIBE:— O nobre presidente do Senado ouve esta reclamação e a attenderá como julgar conveniente. Eu não quero fazer um pedido especial, mas parecia-me de conveniencia que esta materia fosse discutida, até porque o governo daria explicação, que até aqui não tem dado, apezar do meu requerimento.

O Sr. SILVEIRA DA MOTTA:— Apoiado.

O Sr. JAGUARIBE:— Receio que esses malfeteiros invadam a minha provincia, pois que a provincia da Parahyba confina com a do Ceará em uma certa zona e temo que essa quadrilha de ladrões infeste parte da provincia do Ceará, como já tem feito, e consta do relatório do Sr. ministro da justiça.

Nestas circumstancias me parecia que o governo devia escolher um homem na altura de governar com energia a provincia do Ceará, e evitar que se estabeleça no paiz o proletariado que a historia menciona ter havido em Roma, e que ainda hoje existe na Inglaterra com o nome de pauperismo, e do qual Deus nos livre que sejamos tambem invadidos.

Estou vendo que a provincia do Ceará, especialmente, com um presidente que depende de eleições, que tem o seu futuro preso a essas influencias electoraes, que está aufferindo lucros desta distribuição de soccorros, vá alimentando esta triste tendencia e desmoralizando o principio da autoridade ao ponto de se dizer que as ordens do governo não poderão ser obedevidas sem a presença de novos batalhões.

E' materia muito importante para a qual peço toda a attenção. Não acredito que o publico, especialmente a provincia, possa esperar mais coisa alguma das providencias do tal presidente.

Senhores, como cearense, sinto dolorosamente essa accusação constante de que a provincia do Ceará é um sorvedouro, e effectivamente reconheço que tem sido objecto das maiores despesas, a ponto de que a despeza da secca tem consumido quasi que a renda inteira de todo o Imperio em um anno. (*Apoiados.*) Ora, isto tem logar e ha de continuar, especialmente não se tratando de tomar providencias que ponham um ponto final a esta despeza?

Isto é impossivel. O nobre ministro da fazenda dizia em 24 de Maio ao seu collega do Imperio que em Julho cessariam as despesas. Tem decorrido depois muitos mezes, sei que ellas não se podem de choFRE acabar, mas é preciso tomar uma providencia para que os contribuintes deste Imperio saibam quando devem ser alliviados. A não tomal-a, não sei qual seja o paradeiro. E' necessario dar fim a este estado de cousas, cessar este escoadouro que, na phrase do nobre senador por Goyaz, é um tonel das Danaydes.

Tenho concluido.